



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 22 de janeiro de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,25% São Paulo	127.316	R\$4,930 (+0,09%)	R\$ 1.412	R\$ 5,38	11,65%	11,45%	Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26 Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28
1,25% Nova York	16/1 17/1 18/01 19/01	16/janeiro 4,925 17/janeiro 4,875 18/janeiro 4,857 19/janeiro 4,930					

» Entrevista | ROGÉRIO CERON | SECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL

Técnico garante que arcabouço não está em xeque e afirma que, até o fim de 2026, grau de investimento deve voltar

“Vamos atuar mais no mercado externo”

» EDLA LULA
» ROSANA HESSEL

Provar o compromisso com a responsabilidade fiscal é uma tarefa constante de quem cuida da chave do cofre da União em um governo petista. Claramente adepto de uma visão desenvolvimentista, com forte presença do Estado como indutor da economia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

(PT) faz a sua equipe se desdobrar para colocar nas planilhas todas as suas políticas públicas e, paralelamente, sinalizar ao mercado que as contas estão sob controle.

Embora a missão tenha sido cumprida com êxito em 2023, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, não chega a dizer que respira aliviado. Para ele, as metas fiscais precisam ser agressivas para que o mercado confie no compromisso com o equilíbrio das contas

públicas e ele não fique apenas “esquecendo a cadeira”. Ao fazer um balanço positivo sobre 2023, o técnico comemora as vitórias alcançadas com a pauta econômica junto ao Congresso, como a aprovação do novo arcabouço fiscal e de várias matérias arrecadatórias. Em entrevista ao **Correio**, coloca a “retomada do diálogo” como grande marca do ano que passou, minimiza riscos em relação ao novo marco fiscal e diz que o nível do debate é outro.

Para 2024, mesmo diante de projeções que falam de um saldo negativo bem distante da meta de déficit primário zero, ele acredita que conta com a confiança do mercado e da sociedade de que a economia está nos trilhos e não corre riscos. “O país entrou numa rota sustentável do ponto de vista fiscal. Acho muito difícil alguém discordar”, diz Ceron, para quem a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB) tende a se estabilizar em um

horizonte próximo, entre o fim de 2026 e o início de 2027.

Com isso, estão dadas as condições para a reconquista do grau de investimento, perdido em 2015, no governo Dilma Rousseff. Ele espera que isso ocorra até o último ano deste governo. “Temos condições de chegar lá ou chegar muito próximo dele até 2026”, afirma. Ele ainda assegura que o Tesouro “vai atuar mais no mercado externo”, com os títulos verdes. A seguir, os principais trechos da entrevista:

O ministro Fernando Haddad é apontado como o grande protagonista do primeiro ano do governo. Qual a sua avaliação de 2023?

Foi muito bom. Claro, 2023 foi um ano muito desafiador, com pautas complexas, que exigiam muito, mas foram bem-sucedidas. Soubemos dialogar, ouvir e aprimorar. O ministro foi muito hábil em conduzir toda a equipe nesse sentido, sempre levando a discussão e explicando tudo com muita transparência, mostrando o plano de voo e os motivos. Todas as medidas tinham caráter estrutural importante por trás, com correções de distorções, buscando aquilo que era importante para o país. O Congresso soube compreender, soube dialogar e, no fim, aprovou as medidas que foram postas. Idem com o Judiciário. Acho que o grande simbolismo de 2023 foi, de fato, a retomada do diálogo.

O novo arcabouço foi aprovado, mas ele ainda está em xeque? Existe chance de o governo entregar a meta de déficit zero?

Preciso esclarecer, porque houve muita confusão do que é o marco fiscal. O marco fiscal não está em xeque. Ele tem um conjunto de regras, inclusive, uma regra para a despesa. Ela está dada e não tem negociação sobre isso. Então, há muita confusão, porque as pessoas acham que, se mudarem a meta, vai ter mais espaço para gasto. A regra do marco fiscal é muito clara quanto ao limite da despesa. Ele vai variar de 0,6% do PIB até 2,5% do PIB, a depender do ano. E o que vai definir ponto desse intervalo são os 70% do que foi a arrecadação da receita recorrente do ano anterior. Isso é o fundamental, porque garante que, a médio e longo prazos, a despesa vai crescer sempre abaixo da receita. A meta fiscal que colocamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (de déficit zero em 2024) é mais agressiva, porque temos o entendimento de que é preciso ter recuperação mais célere, pois vai ser bom e mais saudável para retomar os investimentos. O que está em discussão, agora, é se vamos atingir ou não essa meta mais agressiva. Mas o arcabouço fiscal não está em xeque.

Mas essa meta agressiva é factível?

A meta de equilibrar o fiscal em 2024 é uma meta agressiva e ousada e sempre fomos transparentes em dizer que ela era. E sempre fomos transparentes em dizer que a meta, por definição, como funciona para qualquer empresa, tem que ter um desafio para você se forçar a fazer algo diferente. Tem um número muito claro aqui em relação ao que estamos buscando. Vamos buscá-lo. E todo mundo que faz uma discussão mais séria, mais construtiva e mais profunda sobre esse assunto. Sabe o que estamos falando. Quanto mais próximo chegarmos dessa meta, melhor para o país. É menos importante ser o déficit zero, mas isso amarra, traz um diálogo. As pessoas compreendem quando falamos que estamos buscando o equilíbrio. A sociedade entende que estamos querendo equilibrar a receita com a despesa, então, isso tem um simbolismo importante.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O marco fiscal não está em xeque. Ele tem um conjunto de regras, inclusive, uma regra para a despesa. Ela está dada e não tem negociação sobre isso”

Dos R\$ 168,5 bilhões previstos de aumento de receita com medidas legislativas do ano passado, quanto está efetivamente garantido para este ano?

Por ora, nossa estimativa não mudou em relação ao pacote. Até porque tem coisas que não estavam lá e estão contempladas. Elas se compensam. Estamos no primeiro mês agora. Precisamos sentir um pouco esse movimento e o resultado efetivo que esse pacote vai gerar.

Especialistas dizem que devem faltar até uns R\$ 90 bilhões...

Essas estimativas são muito difíceis de comentar. Eu sempre falo de forma muito serena sobre isso. Não gosto de discutir porque, no fundo, não deixa de ser uma opinião. Estimativa cabe para todo lado, basta mexer nos parâmetros. Tem gente que estima R\$ 90 bilhões. Tem gente que estima R\$ 100 bilhões. Nós estimamos um outro número.

Quanto?

Hoje, os R\$ 168 bilhões. Eu gosto de recordar que, no ano passado, em fevereiro, vários economistas estimaram, ao

fim do segundo semestre, o país em recessão técnica, e crescimento do PIB de 0,7% no ano. O PIB de 2023 cresceu 3%. Não é um erro pequeno.

Que alternativas a Fazenda está buscando, caso a MP da reoneração seja derrubada?

O projeto de lei da prorrogação da desoneração não veio acompanhado por uma medida compensatória de receita. E ela não está prevista na lei orçamentária. Então, ela tem um problema. A MP da reoneração está indicando um caminho para fazer um processo mais gradual, que permite um equilíbrio para manter o que está previsto na lei orçamentária e para nós conseguirmos seguir buscando o equilíbrio. O Congresso encampou e está apoiando a equipe econômica nessa missão de recuperar o fiscal. E (a desoneração) preocupa, porque, de fato, é preciso encontrar uma solução. É isso que o ministro está buscando

e tentando o diálogo. É para explicar aos presidentes do Senado e da Câmara e aos líderes a importância e a dimensão do plano para poder encontrar um caminho. O ministro também tem colocado luz desde o ano passado, sobre a tese do século. Ela foi muito complexa, do ponto de vista das finanças do país. Foi uma votação dividida de uma única decisão que gerou uma perda permanente de R\$ 100 bilhões por ano, e mais um estoque de meio trilhão de reais (R\$ 500 bilhões), 5% do PIB. Colocado no horizonte de 10 anos, são mais de R\$ 1 trilhão e mais de R\$ 500 bilhões de estoque. São

mais de 10% do PIB em uma única decisão judicial dividida. Isso é emblemático, se desordenou, se desarranjou, e, provavelmente, os próprios ministros do STF não tinham a dimensão, não estavam municiados com as informações devidas dos impactos dessa decisão. Como está, é uma coisa difícil de gerenciar.

Quanto foi a compensação em 2023?

Foi pouco acima de R\$ 70 bilhões de compensação. Essa é a nova estimativa da Receita Federal. São 0,7% do PIB. Nesse ajuste fino, se colocarmos os R\$ 100 bilhões de fluxo mais esse estoque que está sendo compensado é o déficit primário (de 2023).

E neste ano? Tem alguma previsão para a compensação?

Com regulamentação, isso talvez tenha lá uma prioridade maior quanto a isso, mas vamos ver.

O Congresso pode derrubar esse item?

Não. Acho que nisso há uma compreensão geral. Claro, tem uma discussão. Quem optar por falar “não, no meu caso concreto não vale a pena ficar dentro dessa regra”, é só ele pedir o precatório e recebe todo ele no exercício seguinte. Não é um grande trauma para ninguém.

Há algum estoque de precatório para este ano?

Não. Pedimos autorização ao STF para pagar todo o estoque existente, abatido do que estava previsto no Orçamento de 2023 para não ter nenhum ganho fiscal com isso. Sobrou só o que já está previsto no Orçamento. Agora, pagamos no primeiro trimestre e acabou. Não fica nada de fora. A bola de neve acabou. Ficou só o que está previsto no Orçamento e que já era rotina mesmo.

Analistas falam em déficit em torno de 1% do PIB em 2024. Quais os desafios dessas previsões?

A questão de médio prazo está equacionada. Nós colocamos o país na trajetória (de recuperação fiscal). É sempre complexo falar sobre isso. Estamos buscando, e acho que é possível, sim. Mas só o fato de estar nesse movimento já é um outro patamar. A nossa discussão do ano passado era de outra ordem. Agora, o país entrou numa rota sustentável do ponto de vista fiscal. Acho muito difícil alguém discordar. Podem dizer “não vai ser zero agora, não vai ser em 2025”. Um analista mais pessimista: “ah, a trajetória da dívida vai estabilizar só em 2032”, mas ele não está falando que não vai estabilizar. Ninguém mais diz que a trajetória é explosiva e vai passar de 100% do PIB. Não é essa a discussão. A discussão, do ponto de vista do debate, é: achamos que vamos, sim, estabilizar, mais cedo do que o mercado espera e abaixo de 80% do PIB. Alguns analistas acham que (a dívida) vai estabilizar acima de 80% do PIB, num horizonte maior. Ainda assim, é uma discussão que está em outro nível de gravidade. Não que isso não seja preocupante. Estou querendo só colocar as coisas nos andares corretos, de níveis. É uma preocupação constante. O

nosso dever é estar preocupado com o fiscal, sempre, mas o nível do debate é muito mais saudável hoje.

Para a Fazenda, qual é o horizonte?

Nós trabalhamos com uma estabilização da trajetória da dívida no fim de 2026, entrando para 2027.

Em que patamar?

Abaixo de 80% do PIB. A partir da estabilização da trajetória da dívida, é só deixar essa outra regra seguir seu curso natural, porque você vai, ano a ano, melhorando o fiscal.

Nessa perspectiva, qual o timing para o país recuperar o grau de investimento?

Acredito que o país consiga fechar o ano de 2026 com o grau de investimento de volta. De novo, tem desafios. E essa é a beleza do trabalho, de buscar o que é realmente desafiador. Do contrário, só estaria esquecendo a cadeira. Acho que tem caminhos, já avançamos. Estamos a dois degraus do nosso objetivo. Então, é preciso fazer, agora, o trabalho de construir em 2024 e 2025 os passos dessas agências. E a cada uma delas que der um passo, nós ficaremos na iminência do grau de investimento. Pode acontecer de não sair? Pode, mas cada passo importa muito. Cada passo nesse sentido já tem efeito sobre taxa de juros, o país consegue atrair outros fundos estrangeiros. Há ganhos em cada movimento. Claro que é um simbolismo quando você recupera o grau de investimento. Mas eu acredito que temos condições de chegar lá ou chegar muito próximo dele.

Em relação ao mercado externo, qual a expectativa. Haverá emissões?

Não posso falar muito sobre isso, mas esperamos ser mais atuantes no mercado externo este ano.

Tem a agenda verde, a transição ecológica...

O ministro já falou sobre isso, então é público. Eu não vou detalhar ainda, mas o Tesouro está buscando atuar na transição ecológica. Eu estou cuidando pessoalmente da agenda do hedge (proteção) cambial voltado para a transição ecológica. Nós fizemos, no ano passado, uma emissão fantástica. Todo o mercado reconhece isso. Nós inauguramos com o pé direito e com um passo largo a primeira emissão sustentável do país. Foi muito competitivo, tanto que ela saiu com preço bom, com o spread de país com grau de investimento. Neste ano, vamos ser mais ativos. Vamos ser mais intensos no processo do que fomos no ano passado.

A taxa de juros ainda é um desafio para o Tesouro em 2024?

Cair o juro sempre ajuda. Tem um efeito direto sobre uma parte da curva de juros. Todos os títulos que estão em taxas flutuantes são imediatamente impactados, mas ela tem um efeito indireto ali para subir toda a curva de juros. É muito saudável (a queda dos juros), mas tem de lembrar que ainda estamos com uma política monetária restritiva.